



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90003/2026**

Código UASG:090027

**PAe/SEI nº 0010326-70.2024.4.01.8000**

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, por intermédio do Pregoeiro designado pela [Portaria Diges n. 279, de 06 de maio de 2025](#), torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO E FECHADO**, a ser realizado por meio de tecnologia da informação, obedecidos aos preceitos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como demais normas que regem a matéria, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - A presente licitação tem por objeto a contratação de Serviço de Consultoria PostgreSQL, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), de acordo com condições, especificações e quantidades constantes deste Edital e seus Anexos.

**2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Data:** 23/02/2026

**Horário:** 14:00 horas (horário de Brasília)

**Local:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.2** - O credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal implica a

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**3.3** - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4** - A licitante deverá manifestar, em campo próprio:

**a)** o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital;

**b)** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

**c)** que não emprega menor;

**d)** que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, quando for o caso (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021 <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);**

**e)** que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, quando for o caso;

**f)** que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**g)** que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, com alterações, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, quando for o caso.

**3.4.1** – A falsidade da declaração de que trata a letra “a” sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

**3.5** - Não será permitida a participação de empresas:

**a)** que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais);

**b)** controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**c)** que se encontrem sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

**c.1)** Na hipótese de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do

atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Edital.

**d)** suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

**e)** suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União nos termos do art. 156, inciso III, da Lei 14.133/21;

**f)** impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

**g)** declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021 ou nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21;

**h)** proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento no art. 12, da Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade – CNCIAI).

**i)** suspensas ou que tenham interdição parcial de suas atividades, nos termos do art. 19, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), evidenciada em consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

**j)** que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

**k)** que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.6** - O impedimento ou suspensão de que tratam as alíneas "d", "e", "f", "g" e "i" do subitem 3.5, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.7** - Incluem-se, na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses previstas nos incisos I e II, art. 14º, da Lei 14.133/21.

#### 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

**4.1** – A licitante interessada em participar do certame deverá registrar sua proposta com a **descrição do serviço ofertado e o preço unitário do item, com apenas duas casas decimais**, exclusivamente por meio eletrônico, no [site https://www.gov.br/compras/pt-br/](https://www.gov.br/compras/pt-br/), a partir da data da liberação do Edital, no Portal de Compras Governo Federal, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

**4.2** – Na formulação da proposta, as licitantes devem observar as seguintes condições:

**a)** redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**b)** indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da Sessão Pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone e o nome do representante legal da empresa, responsável pela assinatura do Contrato, em caso de empresas reunidas em consórcio, indicar a empresa líder;

**c)** incluir detalhamento das características dos serviços ofertados, especificando no mínimo as informações descritas no item 10 do Anexo I deste Edital, o número do item, o quantitativo, que deverão ser os mesmos informados na proposta registrada no Portal de Compras do Governo Federal, obedecidas as especificações contidas neste Edital e seus Anexos;

**d)** consignar o **preço unitário e total**, conforme Modelo de Proposta de Preço, constante do Anexo II deste Edital, adequando-os ao último lance ofertado ou valor negociado. Observe-se que **os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário proposto para o item**, com no máximo duas casas decimais;

**e)** informar o prazo de **validade da proposta**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;

**f) declarar na proposta que:**

**f.1)** nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**f.2)** não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);

**f.3)** sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos

termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**f.4)** não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005**, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, **aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;**

**g) incluir nos preços ofertados** todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, tarifas, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, seguros, fretes, suporte e atualização, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos e à perfeita execução dos serviços, na forma prevista neste Edital.

**4.3 - Será permitido o uso de expressões técnicas** de uso comum na língua inglesa.

**4.4 -** A participação no Certame, com o registro da proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encerrem a pretensão de alterar o valor ofertado.

**4.5 -** Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outras que contrariem este Edital, salvo no que tange aos preços ofertados, que poderão ser reduzidos no curso da fase de lances do Certame.

**4.6 -** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, **a proposta de preços, elaborada conforme exigido no subitem 4.2 acima, ajustada ao valor do lance, do registro no sistema ou da negociação**, bem como, **documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pelo pregoeiro.**

**4.7 -** A pedido da licitante, via *chat*, e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o subitem 4.6 poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, levando-se em conta o interesse deste Tribunal, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

**4.8** - A licitante que **deixar de enviar** a proposta indicada no subitem 4.6, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pelo pregoeiro, nos termos do subitem anterior, **terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade**, na forma do subitem 12.4 deste Edital.

**4.9** - Durante a análise da aceitação e habilitação, na hipótese de serem detectados erros ou falhas sanáveis nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados, o pregoeiro poderá determinar à licitante vencedora os respectivos ajustes ou complementos, nos termos do §1º, art. 64, da Lei 14.133/21.

## **5 – DA ABERTURA DA SESSÃO**

**5.1** - O pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nos subitens abaixo.

**5.1.1** - No horário estabelecido no item 2 deste Edital, o pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

## **6 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO ABERTO E FECHADO)**

**6.1** - Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes poderão ofertar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6.2** - Os lances deverão ser formulados pelo **VALOR UNITÁRIO proposto para o ITEM**.

**6.3** - Os lances oferecidos pela licitante deverão ser inferiores ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

**6.4** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 3,03.

**6.5** - A licitante poderá ofertar lances iguais ou superiores aos de outras proponentes (lance intermediário), desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

**6.6** - O licitante poderá, uma única vez, **excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema**, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.7** - No modo de disputa aberto e fechado, a oferta de lances terá a duração de **15 (quinze) minutos**. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances. A partir desse marco, transcorrerá período aleatoriamente determinado de até 10 (dez) minutos, que finalizará, automática e peremptoriamente, a recepção de lances.

**6.8** - Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.7, o sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as proponentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

**6.9** - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.8, as licitantes detentoras dos menores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

**6.10** - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.8 e 6.9, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

**6.11** - Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, motivadamente, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.9.

**6.12** - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.7 a 6.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**6.13** - Após o início da fase competitiva, em caso de empate entre duas ou mais propostas, mesmo que sejam propostas iniciais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21.

**6.13.1** – Caso permaneça o empate, após as iniciativas previstas acima, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do §2º, art. 28 da IN Seges 73/2022.

**6.14** - Durante o transcurso da sessão pública, o pregoeiro poderá enviar mensagens, via *chat*, às licitantes, que só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

**6.15** - No caso de desconexão, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.16** - Se a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17** - É vedada a desistência de proposta ou de lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 156, da Lei 14.133/21.

## **7 — DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA E DE DESEMPATE**

**7.1** – Encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - ME/EPPs no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP.

**7.2** – Será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs apresentarem propostas com valores iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação.

**7.3** – A ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 5% da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido.

**7.4** – Na hipótese do subitem 7.3, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação.

**7.5** – Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei 14.133/2021.

## **8 - DA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO APÓS FASE DE LANCES**

**8.1** - Superada a fase de lances, o pregoeiro procederá ao exame de proposta e de habilitação.

**8.2** - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, nas mesmas condições previstas em Edital, e não se obtendo preço compatível com o valor estimado para a contratação, o pregoeiro recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

**8.3** - Obtida uma proposta de preços julgada aceitável e concluída a fase competitiva, o pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

**8.4** - Constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte das remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital.

**8.5** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior, nos termos do §9º, art. 39 da IN SEGES/ME 73/2022.



**8.6** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e não havendo quem pretenda recorrer, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7** - Manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

**8.8** – Caso entenda necessário examinar, mais detidamente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes a data e o horário de reabertura da sessão pública.

**8.9** - O pregoeiro e a Autoridade Superior do Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento.

## 9 – DA HABILITAÇÃO

**9.1** - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação pelo pregoeiro, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção “Enviar Anexo”, os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;
- b) Documentação de Qualificação Técnica;
- b) Documentação de Qualificação Econômico-Financeira; e
- c) Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

**9.2** - A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

**9.2.1** -Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, **com a última alteração**, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente.

**9.2.1.1** – Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a **execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação**;

**9.2.1.2** – Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

**9.2.1.2.1** – São aplicáveis as regras do art. 3º, da Lei 13.726/2018, relativamente à autenticação de documentos.

**9.2.2** - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**9.2.3** - Em se tratando de cooperativas:

**9.2.3.1** - Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

**9.2.3.2** - Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

**9.2.4** - Em se tratando de empresas reunidas em consórcio:

**9.2.4.1** - Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

**9.2.4.1.1** - Designação do consórcio e sua composição;

**9.2.4.1.2** - Finalidade do consórcio;

**9.2.4.1.3** - Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

**9.2.4.1.4** - Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

**9.2.4.1.5** - Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

**9.2.4.1.6** - Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

**9.2.4.1.7** - Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

**9.2.4.1.8** – No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 9.2.4.1, devem estar previstas as seguintes condições:

**9.2.4.1.8.1** - de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 9.2.4.1.3 deste Edital.

**9.2.4.1.8.2** - de que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do

consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**9.2.4.1.8.3** – acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**9.3** – A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da empresa, comprovando que prestou serviços de consultoria para a plataforma tecnológica de software livre utilizando Banco de Dados Postgres, em, pelo menos, 03 serviços dentre os constantes nos itens 10.1.2.4 a 10.1.2.10 do Anexo I desse Edital.

**9.3.1** - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de atestados.

**9.3.2** - Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**9.3.3** – A Licitante, **caso solicitado, em caráter de diligência**, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando cópia do contrato e/ou Notas Fiscais, dentre outros documentos idôneos necessários que deram suporte à contratação, contendo endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**9.4** – A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

**9.4.1** - Em se tratando de consórcios, deverá ser apresentada certidão negativa de falência de cada empresa consorciada, cujo exame ocorrerá separadamente.

**9.5** - A **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista** será comprovada mediante consulta, do pregoeiro, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

**9.5.1** - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

**9.5.2** - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

**9.5.3** - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

**9.5.4** - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

**9.5.5** - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.5.6** - Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.5.7** - Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**9.6** - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado à licitante o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 9.4, 9.5.1 a 9.5.4, por meio da opção “Enviar Anexo”, do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

**9.6.1** - Caso a validade dos documentos citados nos subitens 9.4, 9.5.1 a 9.5.4 esteja vencida no SICAF, poderá também o pregoeiro consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

**9.7** – Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal da empresa, será assegurado o prazo constante do art. 43, § 1º, da Lei Complementar 123/2006, de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.7.1** - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

**9.8** - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, o pregoeiro irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário–TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e Certidão negativa de licitante inidôneo, disponíveis na [Consulta Consolidada do TCU](#) e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011, bem como, a Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, prevalecendo a certidão mais recente sobre a mais antiga. Será realizada ainda, consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, em caso de irregularidade será concedido prazo para regularização anterior a assinatura do contrato, considerando o art. 6-A, incluído pela Lei nº 14.973/ 2024.

**9.8.1** – Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

**9.8.2** - O pregoeiro verificará, ainda, nos Portais da Transparência do Governo Federal e do Poder Judiciário, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante classificada, provisoriamente, em primeiro lugar, relativas ao último exercício ou ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data desta licitação, fixada neste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para o benefício do tratamento jurídico diferenciado, previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, nos termos do §2º, art. 4º da Lei 14.133/2021.

**9.9** - Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

## 10 - DO JULGAMENTO

**10.1** - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados **pelo MENOR PREÇO proposto para o ITEM.**

**10.2** - No julgamento desta licitação, levar-se-á em conta o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pela Pregoeira.

**10.3** - Serão desclassificadas as propostas:

**a)** com preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis ou com valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;

**b)** que não atendam às exigências técnicas obrigatórias;

**c)** elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 59, do Lei 14.133/21;

**d)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas, ou que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;

**e)** não anexadas nos termos do subitem 4.6 do Edital.

**10.4** - Serão **inabilitadas** as empresas:

**a)** que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no subitem 9.1 do Edital;

**b)** com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 9.8 deste Instrumento.

**10.4.1** – A proponente que fizer indevida declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte **ou quanto a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos da alínea “d” do subitem 3.4 deste Edital, será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.**

## 11 – DA CONTRATAÇÃO

**11.1** - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.

**11.2** - Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 156, da Lei 14.133/21.

**11.3** - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

**11.4** - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

**11.5** - Será exigida da licitante vencedora, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, numa das seguintes modalidades, conforme opção da Contratada:

**a)** caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**b)** seguro-garantia;

**c)** fiança bancária; ou

**d)** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**11.6** - No caso da prestação de garantia na modalidade de caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal – CEF, Agência n. 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, apresentando, logo em seguida, o comprovante ao Contratante.

**11.7** - Em caso de apresentação de fiança bancária, deverá constar na carta de fiança, expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002).

**11.8** – Na hipótese de opção pela modalidade seguro-garantia, observar-se-ão as disposições dos arts. 96, § 3º, e 97 da Lei 14.133/2021 e da minuta de contrato que compõe este Edital.

**11.9** - No instrumento de garantia, deve estar assegurado, expressamente, que o garantidor tem ciência das respectivas cláusulas de sancionamento e que, em caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo, para que o correspondente valor seja recolhido em favor do erário, na forma fixada pela Administração, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da contratada.

**11.10** - A apresentação do comprovante da garantia prestada deverá ser feita no prazo determinado no Contrato. **A opção pela modalidade seguro-garantia implica sua imediata providência após o ato de homologação do Certame.**

**11.11** - A impossibilidade de celebração do contrato por falta da apresentação do seguro-garantia caracterizará recusa do ajuste, o que implicará incidência da multa de 10% sobre o valor total da proposta, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 12.1, alínea “c”, deste edital.

**11.12** - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na minuta de contrato, parte integrante deste Edital.

## **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.2** - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

**12.3** - O atraso injustificado na prestação da garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021, na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

**12.4** - Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.4.1** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/o pregoeiro/a durante o certame;

**12.4.2** - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

**12.4.2.1** - não enviar a proposta;

**12.4.2.2** - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.4.2.3** - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**12.4.2.4** - apresentar proposta em desacordo com o Edital;

**12.4.3** - não prestar a garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021 ou não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.4.3.1** - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração;

**12.4.4** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**12.4.5** - fraudar a licitação;

**12.4.6** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.4.6.1** - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.4.6.2** - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.4.6.3** - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.4.7** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.4.8** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

**12.5** - A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 12.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 12.1, alínea “b”.

**12.6** - À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 12.1.

**12.7** – O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

**12.8** – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.9** – O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

### **13 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES**

**13.1** - Logo após a aceitação da proposta e habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. Observe-se que **os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico**, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.



**13.2** - A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

**13.3** - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

**13.4** - Os recursos contra aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados, nos termos do art. 166 da Lei 14.133/2021.

**13.5** - O recurso de que tratam os subitens 13.1 e 13.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6** - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito, dirigido à Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail: [dilit@trf1.jus.br](mailto:dilit@trf1.jus.br), observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

**13.7** - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado, sem objeção, o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

**13.8** - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida, pelo pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

## **14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1** - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

## **15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como, do previsto na alínea "d" inciso II, art. 11 Lei nº 13.709, de 14.08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

**15.2** - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, do da Lei 14.133/21.

**15.3** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.4** – Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

**15.4.1** – É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

**15.4.2** – Em caso de inobservância do previsto no subitem 15.4.1, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

**15.4.3** – Frustradas as tentativas na forma do subitem 15.4.2, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação na Biblioteca Digital do TRF1 da 1ª Região - BDTRF1, disponível no site do Contratante <https://sistemas.trf1.jus.br/dspace/handle/123/4>), para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

**15.5** - Esse Instrumento Convocatório e eventuais alterações das suas condições, bem como informações adicionais, serão divulgadas no Portal deste Tribunal [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

**15.6** - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: [dilit@trf1.jus.br](mailto:dilit@trf1.jus.br).

**15.6.1** – Os pedidos de esclarecimentos, feitos tempestivamente, serão respondidos pelo pregoeiro, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

**15.7 - ATENÇÃO:** Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, **o representante da empresa vencedora, de que trata a alínea “b” do subitem 4.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS)**, após a homologação do Certame, **deverá obrigatoriamente** cadastrar-se, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, no acesso externo do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)** no endereço: [https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), **para assinatura do Contrato digital**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.3 e/ou 12.4.5 deste Edital.

**15.7.1** - Após o cadastro no SEI, as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

**15.8** – Maiores informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizada no 2º Andar do Ed. Sede III - SAS Quadra 01 Bloco C, Brasília/DF, CEP 70.070-900, telefones (61) 3410-3411 ou 3410-3417.

**15.9** - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

**ANEXO I** – SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA;

**ANEXO II** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**ANEXO III** – MINUTA DE CONTRATO.

Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2026.

Victor Gabriel de Aquino e Silva  
Pregoeiro



## **SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo tem por objeto a contratação de Serviço de Consultoria PostgreSQL, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), de acordo com condições, especificações e quantidades constantes deste Edital e seus Anexos.

### **2. DA JUSTIFICATIVA**

#### **2.1. MOTIVAÇÃO:**

**2.1.1.** O funcionamento eficiente dos sistemas de informação de qualquer organização depende diretamente da estabilidade e desempenho dos softwares gerenciadores de banco de dados (SGBD), já que são eles os responsáveis por armazenar, organizar, relacionar, otimizar e disponibilizar os dados utilizados pelas aplicações.

**2.1.2.** O último contrato de consultoria especializada em PostgreSQL foi celebrado em 2019 e teve sua vigência encerrada ao final de 2024, após o cumprimento integral do período contratual. Desde então, o TRF1 encontra-se sem cobertura contratual para esse tipo de serviço, o que representa um risco operacional significativo, considerando a criticidade dos sistemas que utilizam o PostgreSQL — como o PJe e o SEI — e a necessidade contínua de garantir alta disponibilidade, desempenho e segurança da infraestrutura de banco de dados.

**2.1.3.** O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) adota o PostgreSQL como tecnologia base para seus sistemas estratégicos. Desde a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), esse SGBD tornou-se pilar fundamental para o funcionamento seguro e contínuo da aplicação. Em 2025, a infraestrutura de Banco de Dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) também foi migrada para PostgreSQL, reforçando ainda mais a centralidade dessa tecnologia para a operação da Justiça Federal da 1ª Região. Há, ainda, projetos em andamento para migração de outros sistemas utilizados pelo TRF1 para essa tecnologia de SGBD.

**2.1.4.** O cenário atual revela que, diante da crescente complexidade das operações, da integração de novos sistemas e da necessidade de garantir continuidade de serviços críticos, torna-se indispensável o apoio de consultoria especializada em PostgreSQL. Essa contratação visa oferecer apoio técnico avançado à equipe interna, com atuação direcionada à otimização de desempenho

(tuning), administração de replicações, diagnóstico de falhas, análises de logs, ajustes de alta disponibilidade e planejamento de atualizações de versão.

**2.1.5.** A consultoria especializada também será responsável por propor e implementar melhorias estruturais no ambiente de banco de dados, apoiar tecnicamente em migrações e expansões, emitir relatórios técnicos de análise de causa e solução de incidentes e acompanhar o desempenho de sistemas em produção, especialmente em momentos de pico de utilização. Tal atuação contribui diretamente para a mitigação de riscos de indisponibilidade, degradação de performance e interrupções inesperadas, assegurando a confiabilidade do ambiente tecnológico do Tribunal.

**2.1.6.** Assim, a presente contratação alinha-se diretamente ao interesse público, na medida em que visa garantir a continuidade, estabilidade e eficiência dos sistemas que dão suporte à atividade-fim do TRF1, assegurando a prestação jurisdicional de forma ininterrupta, segura e eficiente.

## **2.2. Benefícios diretos:**

**2.2.1.** Aumento da estabilidade e desempenho do Pje e SEI, através da execução de atividades de diagnóstico, tuning e performance.

**2.2.2.** Apoio na modernização de versões do SGBD.

**2.2.3.** Elaboração de relatórios técnicos visando melhorias nos SGBDs.

**2.2.4.** Monitoramento e ações preventivas para evitar falhas críticas.

## **2.3. Benefícios Indiretos:**

**2.3.1.** Redução de riscos operacionais.

**2.3.2.** Apoio estratégico para futuras evoluções tecnológicas.

**2.3.3.** Redução de custos associados a indisponibilidades prolongadas, retrabalho e perda de produtividade.

**2.3.4.** Melhoria nos processos de gestão, documentação e controle do ambiente de banco de dados.

## **2.4. CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE:**

**2.4.1.** Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI para 2021-2026, aprovado pela Resolução CJF-RES-2020/685 de 15 de dezembro de 2020.

**2.4.2.** A ação está alinhada ao planejamento estratégico de TI da JF.

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**2.4.3.** Objetivo estratégico relacionado: ID 1. Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

**2.4.4.** Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026, aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - CGTI-JF1, PAe 0017764-50.2024.4.01.8000.

**2.4.5.** A ação está alinhada ao plano diretor de TI da JF1.

**2.4.6.** Iniciativa do PDTI relacionada: PDTI-2024-056 - Prover suporte e consultoria para o Banco de Dados utilizado pelo Pje.

**2.4.7.** Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2026.

**2.4.8.** A ação está prevista no plano de contratações de soluções de TI da JF1.

**2.4.9.** Ação do PCST1 relacionada: ID 60394 - Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

**2.4.10.** Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região (14003741).

## **2.5. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2026:**

**2.5.1.** Esta demanda está prevista no Plano de Contratações Anual — PCA 2026:

**2.5.1.1.** Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual---pca>

**2.5.1.2.** Unidade Requisitante: DIOPE - DIVISÃO DE OPERAÇÃO DE CENTRO DE DADOS.

**2.5.1.3.** ID da Futura Contratação: TRF1\_DIOPE\_005\_2026

**2.5.1.4.** Classificação: Serviços de TIC

**2.5.1.5.** Descrição: Contratação do serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1.

**2.5.2.** Classificação Orçamentária:

**2.5.2.1.** Fonte: MTGI/AI

## **2.6. REFERÊNCIA A ESTUDOS PRELIMINARES QUE EMBASARAM A CONTRATAÇÃO:**

**2.6.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

## **3. DOS ITENS E QUANTIDADES**

**3.1.** Aquisição de Serviço de consultoria PostgreSQL para o TRF1, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SICAM	CÓD. SIASG	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	35.04.001.015	27332	Serviço de consultoria PostgreSQL, sob demanda	Horas	375

**3.2.** Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações dos serviços constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3.** Como as quantidades são meramente estimativas, não se constitui nenhum compromisso de consumo mínimo por parte do CONTRATANTE e nem poderão ser utilizadas como justificativa pela CONTRATADA para eventual alegação de prejuízo em razão de expectativa não satisfeita.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue especificação dos requisitos da contratação:

##### **4.1.1. Requisitos de negócio:**

**4.1.1.1.** Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

**4.1.1.2.** Prover maior segurança da informação.

**4.1.1.3.** Prover apoio técnico para melhor utilização e configuração do banco de dados.

**4.1.1.4.** Fornecer apoio à equipe de servidores da SEBAN na administração do banco de dados PostgreSQL em uso.

**4.1.1.5.** Garantir a continuidade da solução existente no ambiente da JF1.

##### **4.1.2. Requisitos de Capacitação**

**4.1.2.1.** A solução não demandará treinamento aos servidores.

##### **4.1.3. Requisitos legais**

**4.1.3.1.** Leis e Decretos:

a) Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

b) Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

c) Lei nº. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**4.1.3.2. Normas específicas para contratações de TI:**

a) Instrução Normativa nº 65/2021 SGD/ME - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

b) Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

c) Instrução Normativa n. 58/2022 SGD/ME - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

d) Instrução Normativa n. 81/2022 SEGES/ME - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

**4.1.3.3. Normas do Conselho Nacional de Justiça:**

a) Resolução CJF n. 685/2020 - Dispõe do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (PETI) para 2021-2026.

b) Resolução CJF n. 687/2020 - Dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

c) Resolução CJF n. 709/2021 c/c Portaria CJF n. 96/2023 - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal – PSJF e o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal – 2ª Edição.

d) Portaria CJF n. 232/2023 - Dispõe sobre as etapas do planejamento das contratações de bens e serviços fundamentadas por meio da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

**4.1.3.4. Normas do Conselho de Justiça Federal:**

a) Resolução PRESI n. 36/2021 - Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.



b) Resolução PRESI n. 337/2021 - Institui o Comitê de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.

#### **4.1.4. Requisitos de manutenção:**

**4.1.4.1.** Auxiliar a equipe do TRF1 nas atualizações da solução no que compete à versão instalada, as quais incluem as features, releases, fixes e patches de segurança de todos os elementos da solução.

**4.1.4.2.** A CONTRATADA deverá estar apta a receber Ordens de Execução de Serviços via correio eletrônico.

**4.1.4.3.** Os acionamentos efetuados até o último dia da vigência do contrato deverão ser solucionados, sem ônus adicional para a Contratante, ainda que sua conclusão expire o prazo de vigência contratual.

#### **4.1.5. Requisitos temporais**

**4.1.5.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze)** meses, contados da assinatura do contrato, prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

#### **4.1.6. Requisitos de Segurança**

**4.1.6.1.** A solução deve adequar-se às necessidades de negócio e técnicas estabelecidas pela segurança do Tribunal.

**4.1.6.2.** Para a formalização de eventual contratação, faz-se necessário que seja exigida a assinatura de termo de responsabilidade e sigilo das informações que eventualmente sejam trocadas entre Fornecedor e TRF1. O termo deve exigir manifestação da contratada quanto à guarda, privacidade e o sigilo das informações que venham a ter conhecimento em razão do exercício de suas atividades, bem como das informações disponibilizadas pela entidade contratante.

#### **4.1.7. Requisitos de experiência profissional**

**4.1.7.1.** Os serviços deverão ser realizados por profissional com experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em administração ou consultoria em PostgreSQL, desejável conhecimento do ambiente banco de dados do sistema PJe e SEI, com conhecimentos sólidos em pool de conexões, replicação, alta disponibilidade e tuning. Deve ter noção e conhecimento suficiente para detectar potenciais problemas em redes, storages, sistema operacional Linux e servidores físicos e virtuais em VMWare.

### **4.2. SUSTENTABILIDADE**

**4.2.1.** A equipe de planejamento não vislumbrou a necessidade de exigências especiais em cumprimento dos critérios de sustentabilidade, observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o

Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (RESOLUÇÃO PRESI 340/2021), ressaltando que o objeto pretendido não envolve entrega de produtos ou bens por meio físico, bem como não há alocação de mão de obra residente nas instalações do Tribunal e os serviços serão prestados quase sempre pela via remota.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Prazo e/ou Condições de entrega:**

**5.1.1.** Será realizada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, uma reunião inicial para o conhecimento do ambiente tecnológico e da infraestrutura do TRF1, bem como para o alinhamento das necessidades do Tribunal, possíveis demandas futuras e expectativas relativas à prestação dos serviços.

**5.1.2.** O CONTRATANTE irá solicitar o serviço a ser executado sempre que achar necessário, mediante a validação de escopo entre as partes, emitindo uma Ordem de Execução de Serviços - OES para cada acionamento.

**5.1.3.** A CONTRATADA deverá estar apta a receber Ordens de Execução de Serviços – OES por meio de correio eletrônico ou outro canal previamente acordado com o CONTRATANTE, no horário de expediente deste (das 7h às 20h, em dias úteis). A execução dos serviços ocorrerá no mesmo período, de forma remota, observados os prazos definidos em cada OES.

**5.1.3.1.** Os serviços serão prestados predominantemente de forma remota, podendo ocorrer, excepcionalmente, nas dependências do TRF1, conforme necessidade e a exclusivo critério da CONTRATANTE.

**5.1.4.** A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura da OES.

**5.1.5.** Os serviços serão solicitados sob demanda, por meio de Ordem de Execução de Serviço (OES) emitida pela CONTRATANTE, sendo sua execução mensurada pelas horas definidas em cada OES.

**5.1.5.1.** O serviço de consultoria é estimado com base no número de horas dedicados à execução dos serviços pelos técnicos da contratada. Não são incluídas na ordem de execução de serviço, nem computadas para efeito de remuneração, as horas dispendidas pela CONTRATADA para compreensão da demanda, entendimento dos requisitos e acompanhamento gerencial da OES.

**5.1.6.** Caso o trabalho ultrapasse a quantidade de horas estimadas, o CONTRATANTE deverá ser informado imediatamente.

**5.1.7.** O pagamento sobre os serviços executados ocorrerá com base nas horas efetivamente realizadas e de acordo com a Ordem de Execução de Serviço aprovada pelo Fiscal do Contrato, o qual atestará as horas apuradas.

**5.1.8.** A execução dos serviços deverá ser acompanhada pelos responsáveis designados pelo CONTRATANTE assim como a CONTRATADA deverá apresentar um responsável para acompanhar as atividades realizadas.

**5.1.9.** O detalhamento dos serviços encontra-se definido no Anexo I deste termo (Especificação Técnica).

## **5.2. Local de entrega**

**5.2.1.** Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Edifício Anexo III, SAU/SUL, Quadra 01, Bloco C, 3º andar, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF - CEP: 70070-900.

**5.2.2.** O contato com a equipe técnica poderá ser realizado pelos seguintes meios: e-mail **dioppe@trf1.jus.br** ou telefone **(61) 3314-1871**, e e-mail **seban@trf1.jus.br** ou telefone **(61) 3314-3915/3916**.

## **5.3. Dos Papéis a serem desempenhados pelos Principais Atores do Contratante e Contratada:**

RESPONSÁVEL	ENTIDADE	PAPEL/RESPONSABILIDADE
Equipe de planejamento da contratação	Contratante	Equipe responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes.
Responsável Legal	Contratada	Assinatura do Contrato.
Equipe técnica da empresa contratada	Contratada	Entrega do objeto obedecendo às diretrizes e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
Fiscal do Contrato	Contratante	Acompanhar a entrega e execução do objeto, bem como atestar a qualidade e quantidade.
Fiscal Demandante	Contratante	Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução.
Fiscal Técnico	Contratante	Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.
Fiscal Administrativo	Contratante	Fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções,

		aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.
--	--	---

#### **5.4. Da forma de Acompanhamento**

**5.4.1.** Para cada Ordem de Execução de Serviço - OES a CONTRATADA deverá elaborar e entregar ao CONTRATANTE, um relatório de atividades contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Fase do processo;
- b) Serviço realizado;
- c) Causas e soluções (quando o serviço for relativo a problemas encontrados na solução);
- d) Profissional responsável pelo atendimento;
- e) Data de abertura e finalização da OES;
- f) observações/lições aprendidas.

**5.4.2.** A fiscalização e o acompanhamento dos serviços não reduzem nem exime as responsabilidades da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou terceiros quanto aos danos causados diretamente à Administração, ou a terceiros em razão da execução do objeto.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7.** O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas contratualmente, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE;

**6.8.** O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**6.9.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.11.** O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.12.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.13.** O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **7. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**7.1.** Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

**7.2.** A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

**7.2.1.** Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 3 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

**7.3.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

**7.4.** É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

**7.5.** Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

**7.6.** Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

**7.7.** A Contratada também deverá atender rigorosamente aos protocolos, procedimentos e trilhas estabelecidos pelas Instruções Normativas ITI 09/2020 e ITI 05/2021, ou outra instrução normativa que venha a substituí-las, do Instituto

Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para a coleta de dados pessoais, criação de identidade digital e posterior remoção de registros, o que contribui para o cumprimento das diretrizes da Lei 13.709/2018 (LGPD).

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**8.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**8.2.1.** Despesa: RDO 4486325

**8.3.** Descrição: Contratação de Serviço de consultoria PostgreSQL, sob demanda.

**8.3.1.** Unidade Gestora (UG)/Responsável: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO/SECIN - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECIN/TRF1.

**8.3.2.** Fonte de Recursos: 1000

**8.3.3.** Programa de Trabalho (PTRES): 168384

**8.3.4.** Natureza de Despesa: 339035

**8.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo/percentual estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI [0016576-27.2021.4.01.8000](#).

## **10. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

### **10.1. Requisitos da Solução - Serviço de Consultoria para o Banco de Dados PostgreSQL**

**10.1.1.** Serviços de Consultoria para a plataforma tecnológica de software Open Source (software livre) Postgres, sob demanda.

**10.1.2.** Os serviços de consultoria visam consolidar a implantação do banco de dados SGDB Postgres e adoção de soluções no ambiente computacional implantado na CONTRATANTE, compreendendo as seguintes atividades:

**10.1.2.1.** Apoio na instalação do SGDB Postgres em ambientes de alta disponibilidade, abrangendo mecanismos de replicação e backup;

**10.1.2.2.** Apoio técnico aos profissionais de TI do CONTRATANTE no ambiente de banco de dados Postgres;

**10.1.2.3.** A orientação na criação e manutenção de projetos de infraestrutura e de aplicativos, acompanhando sua configuração, instalação e implantação, com monitoramento e gerenciamento do desempenho dos servidores físicos e virtuais;

**10.1.2.4.** Avaliação, diagnóstico e proposta de aperfeiçoamento de aplicativos buscando a total integração entre eles, interagindo nas diversas plataformas implantadas;

**10.1.2.5.** Propostas de ações de segurança do ambiente e código (precauções e restrições).

**10.1.2.6.** Geração de projetos personalizados da solução, otimizando a utilização dos recursos computacionais disponíveis;

**10.1.2.7.** Apoio na identificação dos problemas relacionados à baixa performance das aplicações no ambiente de banco de dados Postgres, corrigir e otimizar códigos, elaborando relatório de causas e soluções, para minimizar impactos;

**10.1.2.8.** Apoio na integração dos sistemas corporativos e propor padronizações adotando os conceitos da disciplina de usabilidade;

**10.1.2.9.** Realização de serviços de mentoring de forma geral com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos computacionais disponíveis

**10.1.2.10.** Apoio na realização de migração de dados;

**10.1.3.** O serviço de consultoria deve contemplar as seguintes capacidades técnicas especializadas:

**10.1.3.1.** Diagnóstico e Otimização de Performance (Tuning): Identificação de problemas relacionados à baixa performance das aplicações e do SGDB, incluindo a correção e otimização de códigos (SQL tuning), análise de planos de execução, revisão de parâmetros e ajustes finos, e otimização da interação com a infraestrutura (Storage, Redes, SO).

**10.1.3.2.** Arquitetura de Alta Disponibilidade (HA) e Disaster Recovery (DR): Projeto, instalação, configuração e manutenção de ambientes de SGDB PostgreSQL em alta disponibilidade, abrangendo mecanismos de replicação (streaming replication), pool de conexões, balanceamento de carga e otimização de rotinas de Backup e Restore.



**10.1.3.3. Projeto, Arquitetura e Otimização de Recursos:** Geração de projetos personalizados da solução, otimizando a utilização dos recursos computacionais (hardware) , incluindo planejamento de arquitetura distribuída e dimensionamento (sizing) de ambientes.

**10.1.3.4. Segurança e Hardening:** Proposição e implementação de ações de segurança do ambiente e do código (precauções e restrições), incluindo análise de logs, configuração de perfis de acesso e auditoria.

**10.1.3.5. Migração e Integração de Dados:** Planejamento e execução de processos de migração de dados entre versões ou plataformas de SGBD , e apoio na integração de sistemas corporativos, propondo padronizações de acesso.

**10.1.3.6. Apoio Técnico e Base de Conhecimento:** Apoio técnico (mentoria) aos Profissionais de TI do Contratante e elaboração de documentação, relatórios de causas e soluções e criação de base de conhecimento referente aos atendimentos realizados.

## **10.2. Qualificação Técnica da equipe:**

**10.2.1.** Os serviços deverão ser realizados por profissional com experiência comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em administração ou consultoria em PostgreSQL, desejável conhecimento do ambiente banco de dados do sistema PJe e SEI, com conhecimentos sólidos em pool de conexões, replicação, alta disponibilidade e tuning. Deve ter noção e conhecimento suficiente para detectar potenciais problemas em redes, storages, sistema operacional Linux e servidores físicos e virtuais em VMWare.

## **10.3. Ambiente tecnológico do TRF1:**

**10.3.1.** O ambiente tecnológico utilizado pelo PJe e SEI, no que se refere aos bancos de dados, está assim disposto:

### **10.3.1.1. Principais sistemas Judicial e Administrativo:**

Sistema	Ambiente	Nome Banco	Processadores	Memória	Disco
Pje	Produção	pje1g	192	2TB	21TB
		pje2g	32	126GB	4TB
		pje1g_log	32	63GB	5TB
		pje2g_log	16	32GB	2TB
		pje1g (replica)	192	2TB	21TB
		pje2g (replica)	32	126GB	4TB
		pje1g_log (replica)	32	63GB	5TB
		pje2g_log (replica)	16	32GB	2TB
		historico_log	8	16GB	20TB
Sei	Produção	sei e sip	16	64GB	3TB

### **10.3.1.2. Todos os bancos PostgreSQL do TRF1:**

Bancos	Máquinas	Ambientes
290	110	CLO, DSV, HML, PRD, TRM

**10.3.1.3.** Atualmente o PostgreSQL utilizado nos servidores está na versão **14**.

**10.3.1.4.** Não há atualmente redundância de Centro de Dados, sendo assim todos os recursos informados estão localizados no Centro de Dados do TRF1 em Brasília-DF.



**MODELO DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMATIVO	VALOR TOTAL
1	Contratação do serviço de consultoria Postgres, sob demanda <b>Descrição completa dos serviços:</b>	Horas	375	R\$	R\$

**OBSERVAÇÕES:****1 - Consignar na proposta:**

a) Prazo de validade da proposta, de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 do Edital; e

**2 - Declarar na proposta que:**

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil**, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

b) de acordo com a condição da empresa, não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);

c) sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) que seja cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005**, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, **aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**;

**3** - Além das condições constantes do subitem 4.2 deste Edital, **deverão constar** da proposta os seguintes dados do **Representante Legal** da empresa:

- a) nome completo:
- b) e-mail:
- c) telefone:
- d) domicílio:



**MINUTA DE CONTRATO**